



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

PROJETO BÁSICO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA COMPRADORA

Órgão: Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca

CNPJ: 05.182.233/0008-42

Endereço: Avenida Marechal Rondon, 873, Prainha, CEP: 68.005-120

E-mail: licita.semmap@hotmail.com

1. DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é **Construção do Sistema de Abastecimento de Água na Comunidade do Cipoal 2, no Município de Santarém, Estado do Pará – Convênio Nº 009/2024-SEDAP**, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT. C /BDI (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	SERVIÇOS PRELIMINARES				117.245,30
01.01	Mobilização e desmobilização de pessoal e equipamentos (transporte terrestre)	Unid.	1,00	40.640,08	40.640,08
01.02	Barracão de madeira - abrigo provisório (depósito de materiais e ferramentas).	M²	24,00	631,71	15.161,04
01.03	Limpeza manual do terreno	M²	200,00	5,37	1.074,00
01.04	Placa de obra em chapa galvanizada(2,00x4,00m) pintada e instalada.	M²	8,00	731,27	5.850,16
01.05	Licenças e taxas da obra (até 500m²)	cj	1,00	8.676,42	8.676,42
01.06	Administração local da obra	unid.	1,00	45.843,60	45.843,60
02	CAPTAÇÃO DE AGUA SUBTERRANEA -POÇO				138.176,23
02.01	PERFURAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO				133.943,09
02.01.01	Escavação manual de tanque (2x2x1,5m)X 2) auxiliares no processo de perfuração.	m³	12,00	100,82	1.209,84
02.01.02	Perfuração em rocha sedimentar furo piloto bitola Ø 8 ½"	m	180,00	209,02	37.623,60
02.01.03	Perfilagem geofísica	m	180,00	58,60	10.548,00
02.01.04	Perfuração de alargamento em rocha sedimentar Ø 12 3/4"	m	180,00	186,41	33.553,80
02.01.05	Instalação e fornecimento de revestimento em tubo PVC Nervurado e aditivado categoria reforçado, Ø 150 mm.	m	155,00	186,76	28.947,80
02.01.06	Instalação e fornecimento de revestimento de filtro GEOMECANICO , Ø 150mm	m	25,00	316,49	7.912,25
02.01.07	Fornecimento e instalação de cap. macho PVC nervurado e aditivado DN 150mm.	unid.	1,00	313,40	313,40
02.01.08	Pré-filtro usinada Ø 1,0 a 3,00mm	m³	10,00	791,29	7.912,90
02.01.09	Cimentação de espaço anelar conforme especificação	m³	2,20	100,37	220,81
02.01.10	Laje de proteção de 1,00 x 1,00 x 0,20m	unid.	1,00	1.201,09	1.201,09
02.01.11	Desenvolvimento do poço por compressor	h	24,00	76,23	1.829,52
02.01.12	Teste de vazão e produção com bomba submersa	h	24,00	22,78	546,72
02.01.13	Desinfecção do poço	unid.	1,00	2.123,36	2.123,36



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

02.02	PROTEÇÃO DO POÇO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES				4.233,14
02.02.01	Caixa em alvenaria tijolo cutelo (dimensões 1,00m x 1,00m x 1,00m)	m²	4,00	136,34	545,36
02.02.02	Reboco com argamassa preparo manual 1:6, e = 0,25cm	m²	8,00	54,52	436,16
02.02.03	Tampa em concreto armado Fck=15 MPA c/forma mad. Branca (lage de cobertura) 1,00m x 1,00m x 0,10m	m²	0,10	4.595,28	459,53
02.02.04	Piso cimentado traço 1:3 (cimento e areia) acabamento rustico esp. 2,0cm	m²	1,00	48,84	48,84
02.02.05	Pintura com tinta Latex acrílica fosca int. e ext. sem massa c/ selador	m²	8,00	33,33	266,64
02.02.06	Análise bacteriológica da água com fornecimento de laudo	unid.	1,00	266,39	266,39
02.02.07	Análise físico-química da água com fornecimento de laudo	unid.	1,00	299,20	299,20
02.02.08	Relatório técnico e licenças	unid.	1,00	1.911,02	1.911,02
03	CONJUNTO ELEVATÓRIA - Instalação de conjunto elevatória do sistema utilizando um Motor-Bomba submersa, incluindo painel de controle, corda de nylon e cabo elétrico submerso				36.003,29
03.01	Fornecimento e instalação de Bomba submersa (22m³/h em 115 MCA) 15,0 CV	Und	1,00	18.936,77	18.936,77
03.02	Fornecimento e instalação de Painel de comando para sistema motor-bomba contendo: caixa metálica, Contador, Relê Térmico, Contador Auxiliar, Relê de Tempo, Disjuntor para Rede, Capacitor de Partida, Capacitor de Funcionamento, Comutador (M_O_A) e Bornes para boia.	cj	1,00	6.820,33	6.820,33
03.03	Fornecimento e instalação de Nipel Ferro Galvanizado DN= 2"	unid.	6,00	81,79	490,74
03.04	Fornecimento e instalação de Registro de gaveta latão DN = 2"	unid.	2,00	140,65	281,30
03.05	Fornecimento e instalação de Luva FºGº DN 2 "	unid.	20,00	81,77	1.635,40
03.06	Fornecimento e instalação de Curva 90º FºGº DN = 2" c/ rosca	unid.	1,00	118,65	118,65
03.07	Fornecimento e instalação de Curva 45º PVC DN = 60mm	unid.	2,00	32,64	65,28
03.08	Fornecimento e instalação de Te PVC c/ rosca DN = 2"	unid.	1,00	157,96	157,96
03.09	Fornecimento e instalação União PVC DN = 2 "	unid.	2,00	104,70	209,40
03.10	Fornecimento e instalação de Tubo PVC JR de DN = 2 "	m	115,00	58,95	6.779,25
03.11	Fornecimento e instalação de Adaptador curto PVC JS DN = 60mm x 2"	unid.	1,00	23,85	23,85
03.12	Fornecimento e instalação de Tubo PVC JS DN = 60mm	m	11,15	43,44	484,36
04	RESERVAÇÃO - Construção de estrutura em concreto pré-moldado com 08 metros de altura, para sustentação de reservação de água em tanques PEAD com capacidade de 80.000 litros				289.588,65
04.01	Implantação e Montagem do elevado em concreto pré-moldado				134.972,65
04.01.01	Furo de sondagem - até 15m (estrutura reservação)	unid.	2,00	1.990,80	3.981,60
04.01.02	Escavação manual em solo profundidade de até 1,5 m.	m³	32,20	100,82	3.246,40
04.01.03	Reitero manual de vala apiloado	m³	21,50	30,03	645,65
04.01.04	Preparo de fundo de vala (ACERTO DO SOLO NATURAL)	m²	19,50	7,29	142,16
04.01.05	Fornecimento, implantação e montagem de estrutura elevada (8m) em concreto pré-moldado para sustentação de reservatórios com capacidade até 80m³	unid.	1,00	126.956,84	126.956,84
04.02	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE MATERIAL HIDRAULICO				124.156,14
04.02.01	Reservatório (tanque) em PEAD capacidade 20.000 litros	unid.	4,00	28.443,99	113.775,96
04.02.02	Fornecimento e instalação de Tubo PVC JS DN = 60mm	m	15,00	43,44	651,60
04.02.03	Fornecimento e instalação de Tubo PVC JS DN = 110mm	m	21,15	151,53	3.204,86
04.02.04	Fornecimento e instalação de Adaptador PVC DN 60 mm c/ flange	Und	8,00	70,99	567,92
04.02.05	Fornecimento e instalação de Adaptador PVC DN 110 mm c/flange	unid.	4,00	373,84	1.495,36



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

04.02.06	Fornecimento e instalação de Curva PVC SD 90° DN 60 mm	unid.	2,00	59,88	119,76
04.02.07	Fornecimento e instalação de Tê PVC DN 110 mm	unid.	3,00	279,41	838,23
04.02.08	Fornecimento e instalação de Curva PVC SD 90° DN 110 mm	unid.	4,00	284,13	1.136,52
04.02.09	Fornecimento e instalação de Tê PVC DN 110 x 60 mm	unid.	1,00	233,47	233,47
04.02.10	Fornecimento e instalação de REGISTRO ESFERA PVC SOLDÁVEL 60 mm	unid.	1,00	103,41	103,41
04.02.11	Fornecimento e instalação de REGISTRO DE GAVETA BRUTO LATÃO 110 mm	unid.	3,00	676,35	2.029,05
04.03	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				30.459,86
04.03.01	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em superfície de concreto.	m²	228,09	40,71	9.285,54
04.03.02	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em superfície de fibra e aplicação de logomarca.	m²	175,28	48,95	8.579,96
04.03.03	Implantação de guarda corpo tipo corrimão simples em tubo galvanizado 1 1/2"	m	82	124,47	10.206,54
04.03.04	Fornecimento e assentamento de Escada de marinho em ferro s/ proteção	m	6,00	397,97	2.387,82
05	TRATAMENTO DE AGUA				4.375,32
05.01	Fornec. e instal. de materiais do tratamento por clorador (desinfecção)				2.286,93
05.01.01	Fornecimento de Clorador tipo pastilha cap. 30m³/h	unid.	1,00	1.426,96	1.426,96
05.01.02	Fornecimento e instalação de curva PVC 90° 50mm	unid.	5,00	27,66	138,30
05.01.03	Fornecimento e instalação de Adaptador SRM PVC 50 mm X 1 1/2"	unid.	10,00	12,59	125,90
05.01.04	Fornecimento e instalação de Tee PVC JS - 50 mm	unid.	1,00	27,26	27,26
05.01.05	Fornecimento e instalação de Tee PVC JS 60 x 50 mm	unid.	2,00	61,27	122,54
05.01.06	Fornecimento e instalação de União PVC 50mm	unid.	2,00	44,48	88,96
05.01.07	Fornecimento e instalação de Registro de esfera PVC 50mm	unid.	4,00	56,18	224,72
05.01.08	Fornecimento e instalação de Tubo PVC JS DN 50 mm	m	4,80	27,56	132,29
05.02	Exec. com fornec. de materiais do abrigo em alvenaria para o clorador.				2.088,39
05.02.01	Caixa em alvenaria - proteção do clorador com (1,30m x 1,30m x 1,00m)	m²	3,09	136,34	421,29
05.02.02	Reboco com argamassa preparo manual 1:6, e = 0,25cm	m²	7,80	54,52	425,26
05.02.03	Tampa de concreto armado Fck=15 MPA c/forma mad. Branca (1,40 x 1,40 x 0,05)	m³	0,10	4.595,41	459,54
05.02.04	Piso cimentado traço 1:3 (cimento e areia) acabamento rústico esp. 2,0cm	m²	1,15	48,84	56,17
05.02.05	Pintura com tinta Látex acrílica fosca int. e ext. sem massa c/ selador	m²	7,80	33,33	259,97
05.02.06	Portão em grade de ferro de 1,00m x 1,00m (incluindo pintura anticorrosiva)	m²	1,00	466,16	466,16
06	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA				380.771,68
06.01	Obras e serviços com fornecimento de equipamentos e assentamento de materiais hidráulicos				
06.01.01	Escavação mecanizada de vala prof. ate 1,50m (0,30 x 0,70 x 6.688 m)	m³	1.404,48	20,10	28.230,05
06.01.02	Reaterro mecanizado de valas com aproveitamento de solo	m³	1.382,50	20,06	27.732,92
06.01.03	Fornecimento e Assentamento de Tubo PVC SD DN 110mm	m	349,00	151,53	52.883,97
06.01.04	Fornecimento e Assentamento de Tubo PVC SD DN 85mm	m	352,00	83,84	29.511,68
06.01.05	Fornecimento e Assentamento de Tubo PVC SD DN 75mm	m	1.349,00	60,79	82.005,71
06.01.06	Fornecimento e Assentamento de Tubo PVC SD DN 60mm	m	1.853,00	37,25	69.024,25
06.01.07	Fornecimento e Assentamento de Tubo PVC SD DN 50mm	m	2.785,00	23,18	64.556,30
06.01.08	Teste de estanqueidade da rede	m	6.688,00	2,12	14.178,56
06.01.09	Placa de sinalização e advertência	unid.	10,00	60,53	605,30



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

06.01.10	Recomposição de pavimento (base, sub-base) para fechamento de vala	m³	7,35	491,70	3.614,00
06.01.11	Fornecimento e Assentamento de TEE PVC SD DN 85mm X 60mm	unid.	1,00	152,60	152,60
06.01.12	Fornecimento e Assentamento de TEE PVC SD DN 60mm	unid.	8,00	58,74	469,92
06.01.13	Fornecimento e Assentamento de TEE PVC SD DN 75mm X 50mm	unid.	4,00	71,83	287,32
06.01.14	Fornecimento e Assentamento de TEE PVC SD DN 50mm	unid.	2,00	27,26	54,52
06.01.15	Fornecimento e Assentamento de TEE PVC SD DN 110mm	unid.	3,00	279,41	838,23
06.01.16	Fornecimento e Assentamento de TEE PVC SD DN 110mm x 60mm	unid.	2,00	233,47	466,94
06.01.17	Fornecimento e Assentamento de TEE PVC SD DN 75mm	unid.	4,00	99,54	398,16
06.01.18	Fornecimento e Assentamento de RED PVC SD DN 60 X 50 mm	unid.	12,00	19,28	231,36
06.01.19	Fornecimento e Assentamento de RED . PVC SD DN 75 X 60 mm	unid.	7,00	57,07	399,49
06.01.20	Fornecimento e Assentamento de RED PVC SD DN 75 X 50 mm	unid.	3,00	35,73	107,19
06.01.21	Fornecimento e Assentamento de RED . PVC SD DN 85 X 75 mm	unid.	1,00	43,53	43,53
06.01.22	Fornecimento e Assentamento de CURVA 90 PVC SD DN 50 mm	unid.	5,00	27,66	138,30
06.01.23	Fornecimento e Assentamento de CURVA 90 PVC SD DN 60 mm	unid.	1,00	57,78	57,78
06.01.24	Fornecimento e Assentamento de RED. PVC SD DN 110 X 85 mm (75mm)	unid.	3,00	34,62	103,86
06.01.25	Fornecimento e Assentamento de CAP . PVC SD DN 50 mm	unid.	20,00	9,33	186,60
06.01.26	Fornecimento e Assentamento de CAP . PVC SD DN 60 mm	unid.	4,00	15,70	62,80
06.01.27	Fornecimento e instalação de Registro de gaveta 4" (manobra de rede)	unid.	2,00	676,35	1.352,70
06.01.28	Adaptador curto c/ bolsa e rosca para registro 110mm x 4"	unid.	4,00	91,12	364,48
06.01.29	Caixa em alvenaria de 80x80x80cm c/ tpo. concreto	unid.	2,00	1.356,58	2.713,16
07	LIGAÇÕES DOMICILIARES - 378 unidades				155.079,06
07.01	Obras e serviços com fornecimento e assentamento de materiais hidráulicos				
07.01.01	Escavação manual de vala com prof. até 1,30m (0,10 m x 0,60m x 4.536 m)	m³	272,16	99,70	27.134,35
07.01.02	Reaterro manual de valas apiloado com soquete	m³	270,73	30,06	8.138,29
07.01.03	Fornecimento e instalação de Colar de Tomada PVC 50 x 1/2"	Und	158,00	42,44	6.705,52
07.01.04	Fornecimento e instalação de Colar de Tomada PVC 60 x 1/2"	Und	98,00	44,99	4.409,02
07.01.05	Fornecimento e instalação Colar de Tomada PVC 75 x 1/2"	Und	46,00	49,91	2.295,86
07.01.06	Fornecimento e instalação Colar de Tomada PVC 85 x 1/2"	Und	40,00	54,45	2.178,00
07.01.07	Fornecimento e instalação Colar de Tomada PVC 110 x 1/2"	Und	36,00	60,89	2.192,04
07.01.08	Joelho 90° PVC-JS Ø20 mm instalado	Und	1.512,00	8,25	12.474,00
07.01.09	Joelho/Cotovelo 90° PVC SRM - 20mm X 1/2"	Und	378,00	19,92	7.529,76
07.01.10	Tubo PVC-JS Ø20 mm (12 metros de tubo por ligação)	m	4.536,00	12,69	57.561,84
07.01.11	Torneira plástica PVC Ø1/2" padrão popular	Und	378,00	31,06	11.740,68
07.01.12	Tê em PVC - JS - 20mm	Und	378,00	12,12	4.581,36
07.01.13	Cap ou tampão PVC soldável 20mm	Und	378,00	1,64	619,92
07.01.14	Registro de pressão PVC, soldável volante simples 20mm	Und	378,00	17,37	6.565,86
07.01.15	Cadastro das ligações domiciliares	Und	378,00	2,52	952,56
08	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - Implantação de ponto de energia elétrica trifásica padrão Equatorial Energia.				12.600,09
08.01	Fornecimento e instalação de Poste de concreto duplo T 300 Dan h = 9m (incl. base em concreto ciclópico)	unid.	1	2.127,12	2.127,12
08.02	Entrada de energia elétrica, aérea, trifásica, com caixa de sobrepor, cabo de 25 mm² e disjuntor DIN 50A	unid.	1	1.853,26	1.853,26
08.03	Mureta de medição em alv.c/laje em conc.(c=1.20/l=0.70/h=1.70m)	unid.	1,00	4.873,19	4.873,19



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

08.04	Pintura com tinta Latex acrílica fosca int. e ext. sem massa c/ selador	m²	7,44	33,33	247,98
08.05	Portão em grade de ferro de 1,30m x 1,00m (incluindo pintura anticorrosiva)	m²	1,30	465,40	605,02
08.06	Caixa enterrada elétrica retangular, em alvenaria com tijolos cerâmicos maciços, fundo com brita, dimensões internas: 0,4x0,4x0,4 m	unid.	2,00	339,07	678,14
08.07	Caixa de inspeção para aterramento, circular, em polietileno, diâmetro interno = 0,3 m	unid.	1,00	72,83	72,83
08.08	Eletrocuto flexível corrugado, pead, dn 25 (3/4") - fornecimento e instalação.	m	4,70	11,43	53,72
08.09	Eletrocuto flexível corrugado, pead, dn 40 (1 1/4") - fornecimento e instalação.	m	16,10	14,97	241,02
08.10	Cabo de cobre flexível isolado, 25 mm², anti-chama 0,6/1,0 kv, para distribuição	m	14,00	38,11	533,54
08.11	Haste de aço cobreada 5/8"x2,40m c/ conector	unid.	1,00	99,77	99,77
08.12	Fornecimento e instalação de luminária de LED (tipo de iluminação publica) completa c/ lâmpada 80 WTS	unid.	2,00	559,04	1.118,08
08.13	Relé fotoelétrico para comando de iluminação publica	unid.	2,00	48,21	96,42
09	SERVIÇOS COMPLEMENTARES - URBANIZAÇÃO				7.292,67
09.01	Execução de pintura em muro existente (dimensões 30 m extensão x 10 m frente x 2,00 m altura) com tinta acrílica.	m²	160,00	15,18	2.428,80
09.02	Pintura antiferrugínosa em Portão de ferro de 4,00m x 2.00m	m²	16,00	83,08	1.329,28
09.03	Limpeza geral e entrega da obra	m²	180,00	10,07	1.812,60
09.04	Placa de inauguração em aço inox/letras impressas em bx. relevo (40cm x 30cm)	unid.	1,00	1.721,99	1.721,99
TOTAL GERAL DA OBRA				R\$ 1.141.132,29	

1.2. O levantamento de mercado foi realizado com base nos seguintes bancos de dados: SINAPI – abril de 2024, SEDOP – maio de 2024.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021

1.4. O prazo da execução dos serviços é de 150 (Cento e cinquenta) dias contados da Ordem de Serviço conforme o cronograma físico-financeiro. E em descumprimento deste prazo o licitante/contratante estará passível de sanções administrativas.

1.5 O prazo de vigência da contratação é maior que o prazo da execução tendo em vista a necessidade de concluir a documentação final do objeto, incluindo Termo de Entrega Definitiva, relatórios finais, prestações de contas e outros documentos administrativos necessários para o encerramento formal do contrato.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DO OBJETO

2.1 O Município de Santarém possui uma enorme área de extensão territorial o que importa a presença do Estado para dar atendimento necessário aos seus jurisdicionados. A Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca dentro do seu mister é responsável por coordenar as políticas desenvolvimento rural, visando melhor atender os munícipes nos mais variados e diversos serviços e atendimentos públicos, a exemplo da Comunidade Cipoal 2.

2.2 A comunidade Cipoal 2 atualmente possui um microssistema de abastecimento de água antigo, que não supre mais a necessidade de todos os moradores da comunidade. O Poço existente possui apenas 80 metros de profundidade que funciona de forma precária, pois o nível da água rebaixa bastante que não permite bombeamento, o reservatório é de apenas 20.000 litros e a rede de distribuição de água é constituída de mangueiras e tubulações de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

diâmetro que não permite a obtenção de pressão de água suficiente para atendimento da demanda onde se concentra as casas de moradores. Uma grande parte da população da comunidade sofre com a falta de água, fato este que aliado também à falta de tratamento adequado para os dejetos humanos, provoca o aparecimento de casos de doenças de veiculação hídrica.

2.3 A população residente na comunidade de Cipoal 2 onde será implantado o sistema de abastecimento de água é diversificada, porém a maioria é considerada de baixa renda, estando às mesmas desprovidas de qualquer sistema de micro-drenagem, não dispondo ainda de um sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários domiciliares, podendo ocasionar a contaminação do lençol freático mais superficial, através de vírus e bactérias patogênicas.

2.4 Com efeito, resta caracterizada a necessidade de implantação de um sistema simplificado de abastecimento de água, visando à garantia do amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de carência de acesso a água potável para consumo humano.

execução do objeto será realizada através de licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, ficando sob a responsabilidade da Coordenadoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Governo a realização do certame.

3. DO ARRIMO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Arrimo da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: <https://transparencia.santarem.pa.gov.br/admin/documentos/pca-semap/visualizar/semap-plano-de-contracao-anual-2025-7E033r>

II) Data de publicação no PNCP: 04/02/2025

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A prestação do serviço será de forma integral, visto que a instalação será realizada em apenas uma comunidade, com isso a solicitação da prestação do serviço deverá ocorrer dentro do prazo da ordem de serviço, conforme programação a ser definida pela SEMAP.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Características do objeto:

5.2 Cada item tem sua especificação bem definida, conforme tabela acima (item 1), que deverá ser minuciosamente observada pelo contratado;

Subcontratação

5.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

5.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas.

5.4.1 Trata-se de contratação de serviços que somente será pago o licitante que prestar os serviços efetivamente e em conformidade com o solicitado.

Vistoria

5.5 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta feira, das 08:00 horas às 14:00 horas.

5.6 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.7 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.8 Casos o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.9 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

6.1 A execução do serviço deverá iniciar em até 5 (cinco) dias úteis da emissão da ordem de serviço. Os serviços que farão parte da contratação estão discriminados na Planilha Estimativa de Custos. E em caso de descumprimento deste prazo o licitante/contratante estará passível de sanções administrativas;

6.2. A entrega dos serviços objeto da licitação será integral e rigorosamente, de acordo com a Ordem de Serviços expedida pelo setor competente que indicará as especificações e demais informações necessárias;

6.3. O local dos serviços será na comunidade, conforme descrito na tabela do item 1 e anexos.

6.3.1 Comunidade do Cipoal 2, alvo desta licitação, **localiza-se na região da BR 163 – Planalto do Município de Santarém - Pará.**

6.4. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto desta Concorrência;

6.5. Aceito a entrega, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.

6.5.1. Não aceito o objeto desta Concorrência, será comunicado à empresa adjudicatária, para que proceda a respectiva e imediata correção, para que se possa adequar o solicitado com o que fora entregue, de forma a atender àquilo que efetivamente se pretendia adquirir.

6.6 Durante o recebimento, o contratante poderá exigir a correção do objeto desta Concorrência, que não esteja de acordo com a(s) especificação(ões) do Item 1, presente nesse Projeto Básico, sem qualquer ônus para a administração pública.

6.7 A Contratada deverá apresentar a documentação abaixo:

6.7.1 Cartas com a indicação expressa dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços.

6.7.2 Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) devidamente quitada dos profissionais citados no subitem anterior.

6.7.3 Termos de Compromisso assinado pelo responsável da Contratada atestando que o empreendimento irá atender a resolução CONAMA 307/02, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

6.8 Para os serviços sem mão de obra exclusiva, a contratada é responsável pelo dimensionamento dos profissionais necessários para o cumprimento das respectivas demandas, observadas as legislações e normas distritais e federais que regulam o assunto.

6.9 Caberá à Contratada atender às condições básicas para a prestação dos serviços, assegurando sua execução por profissionais qualificados e com experiência suficiente, em todas as atividades do objeto contratual, em conformidade com os requisitos de segurança, meio ambiente, saúde, regulamentações, legislações, normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho e normas técnicas vigentes.

6.10 Os prestadores de serviço da contratada devem se apresentar no local de execução dos serviços uniformizados e portando os EPIs exigidos para a atividade a ser desenvolvida.

6.11 Para execução dos serviços deverão ser observadas as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Normas Regulamentadoras (NRs) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

6.12 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e de boa qualidade.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.13 Os procedimentos de finalização da Obra constituem-se das seguintes etapas;

a) Entrega dos serviços executados com toda a documentação respectiva e comprovante do adimplemento das obrigações trabalhistas e tributárias dos prestadores de serviço.

b) Repasse dos documentos fiscais de máquinas e equipamentos que vierem a ser instalados na referida obra.

c) Relatório final do fiscal do contrato

d) Emissão de termo de recebimento da Obra

7. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.7.5. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1 A aferição da execução contratual e os critérios de medição da execução consta no Anexo Memorial descritivo, abrangendo de maneira minuciosa todos os aspectos técnicos, materiais, processos e requisitos necessários para a correta execução do projeto.

8.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.2 Não produzir os resultados acordados.

8.1.3 Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.4 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

8.2 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.2.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.3.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.3.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.3.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.3.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

8.3.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao fiscal do contrato para recebimento definitivo.

8.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

8.5.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.5.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.5.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.5.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação:

8.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13 A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14 Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de Pagamento

8.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de Pagamento

8.19 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

8.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

8.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE PRESTADOR DOS SERVIÇOS

9.1. Trata-se de serviço de engenharia, a ser contratado mediante licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

9.2. O regime de execução do contrato será Empreitada por Preço Global.

9.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.4. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

9.5. Demais critérios e exigências de seleção de fornecedor estão descritos no Edital.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.141.132,29** (Um milhão cento e quarenta e um mil cento e trinta e dois reais e vinte e nove centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima (item 1).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação Orçamentária: 17.511.0009.1021 (Abastecimento de Água na Zona Rural)

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 (Obras e Instalações)

Fonte: 1.701 (Recurso Estadual)

Ficha: 309



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

Dotação Orçamentária: 17.511.0009.1021 (Abastecimento de Água na Zona Rural)
Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 (Obras e Instalações)
Fonte: 1.500 (Recurso Próprio)
Ficha: 306

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 12.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;
- 12.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 12.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 12.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 12.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 12.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 12.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 12.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 12.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 12.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 12.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 12.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 13.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

- 13.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 13.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.6. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 13.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 13.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 13.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 13.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.12. Possuir certificação digital do CNPJ da empresa, para assinatura dos contratos e aditivos que vierem a surgir da contratação.
- 13.13 Utilizar produtos solicitados neste termo, de primeira qualidade, observando o registro nos órgãos competentes e o prazo de validade, sendo vedada a utilização de produtos com alterações de características, ainda que dentro do prazo de validade;
- 13.14. A empresa vencedora da licitação deverá apresentar antes da assinatura de contrato, **a Anotação de Responsabilidade Técnica e/ou Registro de Responsabilidade Técnica do responsável pela elaboração da proposta de preço.**
- 13.15. E empresa vencedora do referido certame, deverá no ato da assinatura do contrato, ter no município sede da contratante escritório ou sucursal, com a qual serão estabelecidos todos os contatos referentes à sua execução, não sendo admitida a subcontratação total ou parcial do referido contrato.
- 13.16. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

13.17. Inscrever a obra no **CEI** – Cadastro Específico do INSS, até 30 (trinta) dias após o início da obra.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

- 1. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;
- 2. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 3. compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

15. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 15.1. Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante executou ou está executando o objeto desta licitação;
- 15.2. O atestado emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá vir assinado pelo representante legal da empresa emitente, contendo seu nome, CPF ou RG e sua função.
- 15.3. Cartas com a indicação expressa dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços.
- 15.4. Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) devidamente quitada dos profissionais citados no subitem anterior.
- 15.5. Termos de Compromisso assinado pelo responsável da Contratada atestando que o empreendimento irá atender a resolução CONAMA 307/02, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil.
- 15.6. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Santarém, 18 de fevereiro de 2025.

CLAUBER ROGE DE OLIVEIRA ROCHA

*Núcleo de Projeto e Convênios - SEMAP
Decreto nº 290/2025-GAP/PMS*

NIVIANE DOS SANTOS DOLZANE

*Chefe do Núcleo de Adm. e Finanças - NAF
Decreto nº 193/2025 – GAP/PMS*

ANA MARIA BENTES DA MATA

*Divisão de Licitação e Contratos
Decreto nº 286/2025 – GAP/PMS*

Aprovado:

BRUNO DA SILVA COSTA

*Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Decreto nº 008/2025 – GAP/PMS*